



TRANSFEMINISMO

Resumo

Esta resenha discute o livro "Transfeminismo" escrito por Letícia Nascimento. O objetivo principal da obra é apresentar o transfeminismo como uma corrente do feminismo e tornar suas discussões acessíveis. O livro é organizado para fornecer noções básicas sobre gênero e identidade nos primeiros capítulos e aprofundar a discussão sobre transfeminismo posteriormente. Nos capítulos finais, são apresentadas demandas sociais e políticas do movimento. A autora destaca a diversidade de experiências e identidades dentro do movimento feminista, enfatizando a necessidade de superar universalidades e essencialismos. Com uma escrita acessível, a obra contribui para a popularização do debate feminista e a pluralização das vozes dentro do movimento, servindo como um guia conceitual para se iniciar nos debates feministas.

Palavras-chave: Transfeminismo; Resenha; Letícia Nascimento; Trans*.

*Diana Maciel Dias

Recebido em: 13/05/2022

Aceito em: 30/03/2023

Visando popularizar de maneira didática e acessível as importantes discussões propostas por diferentes correntes feministas, a coleção *Feminismos Plurais*, coordenada por Djamila Ribeiro, traz a público o livro “*Transfeminismo*” escrito pela pedagoga e professora Letícia Nascimento (2021). Em sua escrita, a professora toma uma postura política de afirmação das identidades, se autoafirmando enquanto mulher travesti, negra, gorda, subalternizada pelo racismo, pelo cissexismo e pela gordofobia, que fala a partir de suas experiências. Neste passo, em sua obra, ela dedica esforços para evidenciar outras possibilidades na relação entre sexo, gênero e desejo, objetivando a superação de universalidades e essencialismos que limitam as performances de gênero, apresentando o transfeminismo como uma corrente do feminismo com grande potencial para incentivar a pluralização das sujeitas do feminismo.

Autodeterminando-se uma mulher travesti, Letícia Nascimento se posiciona enquanto alguém que escreve com e para mulheres trans e travestis, orquestrando suas discussões ciente dos desdobramentos e influências que suas vivências causam sobre sua produção. Ademais, a professora prioriza falar das vivências em comum que possui com outras identidades transfemininas, de modo a reconhecer a diversidade entre todas elas. Assim, quando realiza generalizações sobre as pessoas trans* como um todo, utiliza do termo “trans*”, trazendo o estereótipo como uma alusão às notas de rodapé presentes em textos acadêmicos, com intuito de comunicar que ela está se referindo a toda uma gama de identidades dissidentes, sendo elas transexuais, mulheres transgêneras, homens transgêneros, trans masculinos e pessoas não-binárias. Todavia, apesar das travestis também serem contempladas no termo trans*, ela determina utilizá-la em evidência para afirmar uma postura política de valorização das travestis.

O livro está organizado de modo que os capítulos iniciais são dedicados a preparar o terreno para a introdução do debate, apresentando algumas noções básicas sobre gênero e identidade, mas principalmente estimulando questionamentos sobre os desdobramentos do assunto central da obra — o transfeminismo. Nos capítulos posteriores, a discussão em torno do transfeminismo é realizada a fim de modo didático. Já nos últimos capítulos, são apresentadas algumas demandas sociais e políticas do movimento. Durante toda a obra, a professora aborda o tema através das lentes da interseccionalidade (AKOTIRENE, 2019), compreendendo esta como sendo a melhor forma de conseguir manejar as inúmeras nuances geradas pelos atravessamentos de diversas estruturas de opressão, na busca de compreender o cenário conjuntural.

Letícia Nascimento, inicia o livro se munindo do discurso “**E eu não sou uma mulher?**” de Sojourner Truth, proferido em 1851. Através do acréscimo do verbo “poder” ela instiga a pessoa leitora questionando-a — bem como o feminismo hegemônico — se ela pode ser uma mulher, evidenciando uma dúvida que, conforme ela, é produzida pelo CISTema colonial moderno de gênero (NASCIMENTO, 2021, p. 17) sobre quem não se encaixa dentro das normas dele. Ao realizar este empenho de resgate do discurso histórico proferido por uma mulher negra, a professora localiza os saberes que seguirão apresentados dentro de uma relação de continuidade com contribuições e provocações que já eram feitas à concepção universal de mulher desde 1851 (ano em que Sojourner Truth realizou seu discurso). Assim, em seu capítulo introdutório, ao invés de iniciar sua obra a partir de autoras tidas como os cânones de pensamento feminista, a pedagoga parte de um território epistêmico ancestral.

No capítulo posterior, intitulado “Do conceito de gênero à pluralização das sujeitas do feminismo”, a professora Letícia prepara quem está lendo para adentrar mais a fundo no debate central do livro. Deste modo, ela resgata as disputas dentro do feminismo em torno da categoria de gênero, para apresentar qual compreensão sobre ele ela usará em sua escrita. Para Nascimento, o potencial conceitual e político da categoria de gênero está justamente na sua capacidade de desestabilizar e desnaturalizar a identidade mulher, podendo também ir contra a ideia de que mulher é a única identidade permitida dentro do feminismo.

Resgatando os trabalhos de diversas autoras feministas, ela evidencia trajetórias dentro do feminismo que apontam para contestação da ideia de mulher como identidade universal que ainda ronda os debates dominantes no feminismo. As contribuições de Chimamanda Ngozi Adichie (2019) a respeito dos perigos de uma história única corroboram fortemente para o empenho feito por Letícia Nascimento em criticar o didatismo da divisão do movimento feminista em ondas — demonstrando como diferentes mulheres, em suas diversas possibilidades de ser, já estavam presentes desde o início do movimento feminista proporcionando variados tensionamentos.

Em conjunto, como medida prática de sua proposta de pluralizar a abrangência do feminismo, estendendo os limites de quem pode ser ou não sujeita dele, a autora adota o uso do termo

“mulheridade” em contrapartida ao termo “mulher”. Ela faz esse movimento justamente por entender que as realidades são diversas, e que, portanto, é necessário demarcar as diferentes maneiras pelas quais as experiências são produzidas: a adoção desse outro termo busca de fato evidenciar o caráter processual da produção social de gênero.

No capítulo “Mulheres transsexuais e travestis: *the outsiders non sisters*” é apresentado como, dentro do feminismo, diferentes correntes entendem o que é ser mulher. Dentro da perspectiva transfeminista se entende que as performances de gênero se fazem por meio de discursos e da materialização dos corpos, mas é a partir da autodeterminação que a identidade é validada. Contudo, é relevante assegurar que esse processo de autodeterminação — assunto que posteriormente será abordado — não possui caráter ontológico, mas sim, é um empreendimento político. Infelizmente, a autora constata que o direito de se definir enquanto mulheres é incessantemente negado a mulheres trans e travestis por não terem nascido com “a genitália certa” (NASCIMENTO, 2021, p. 53) — como não sendo bastante, muitas vezes elas não possuem nem sequer o *status* de humanas. Assim, dentro do Transfeminismo, entende-se, a partir de reflexões feministas anteriores, que é como se as identidades transfemininas se constituíssem como o Outro, do Outro, do Outro - parafraseando Grada Kilomba (2019) -, completas *outsiders* no CISTema sexo-gênero-desejo (NASCIMENTO, 2021, p. 61). Por isso existe a extrema necessidade de apoio mútuo entre as pessoas de identidades femininas, já que é nessa *outridade* que se constituem enquanto sujeitas próprias de si. Mesmo com suas diferenças, todas se conectam de alguma forma a estruturas de opressão semelhantes, de modo que vincular os movimentos protagonizados por mulheres trans e travestis proporciona continuidade entre os movimentos e fortalece ainda mais as lutas.

No capítulo seguinte, “Transfeminismo: tensionando feminismos e além”, um dos principais destaques é a quantidade de indicações de leitura que são apresentadas de forma orgânica, evidenciando a existência de produções epistêmicas de mulheres trans e travestis e facilitando o trabalho de quem queira estar em diálogo com essa corrente. Como o feminismo consiste em uma rede de produção epistemológica sobre as opressões de gênero, acompanhados de lutas políticas organizadas por direitos, a pedagoga não somente expõe um aporte teórico sobre o Transfeminismo, mas também apresenta quatro princípios de correntes e seis demandas da agenda política do movimento.

Leticia Nascimento (Ibid. p. 80) conta que os princípios do transfeminismo são: a redefinição da correlação entre sexo e gênero; a reafirmação do caráter interacional das opressões; o reconhecimento das contribuições de pessoas trans*, em especial mulheres trans e travestis; e por último, mas não menos importante a compreensão de que o transfeminismo é um espaço para todos que não se enquadram no atual modelo sexista de sociedade, aberto à contribuição de qualquer pessoa. Enquanto a agenda política, segundo a autora (Ibid. p. 91), é formada pelo: poder de agência/autodeterminação, o uso do termo cisgeneridade como estratégia de nomeação dos corpos não trans*, despatologização das identidades trans* e travestis, empoderamentos das múltiplas corporalidades trans* e travestis, enfrentamento da transfobia e do transfeminicídio e direito à saúde.

No capítulo “Cisgeneridade, despatologização e autodeterminação: Nós por nós mesmas!”, a autora explica o conceito de cisgeneridade e sua relevância para os estudos de gênero. Cisgeneridade é entendido como uma forma de definir os corpos não trans* de modo que não seja necessário evocar a matriz que estabelece tais corpos como normais e os outros como desvios subalternos. Esse conceito, enquanto categoria analítica, proporciona um entrave à concepção de que corpos são naturalmente sexuados, possibilitando questionamentos sobre os privilégios reservados a corpos dotados de uma suposta naturalidade essencial. Também é apontado que tanto o sexo como os conceitos anatômicos, hormonais e cromossômicos vigentes hoje são proposições discursivas forjadas em contextos culturais específicos — evidenciando que tanto o sexo quanto o gênero são discursivos, culturais e históricos, sendo o gênero o dispositivo que produz o sexo (BUTLER, 2017).

A relevância dessa concepção sobre os conceitos de sexo e gênero está justamente na denúncia do discurso que prega a existência de uma identidade natural, provinda de um sexo que é pré-discursivo e que, portanto, não é marcada culturalmente. Como contribuição, acrescento que os estudos de Oyèrónkẹ Oyèwùmí (2021) apresentam fortes argumentos nesta proposição de denunciar o caráter universal da categoria de mulher e de demonstrar os processos históricos e culturais de formação de identidades.

Retornando ao conceito de cisgeneridade, ele propicia a quebra de noções binárias de sexo que fortalecem as hierarquias sexuais e de gênero e auxilia no exame de aparatos discursivos que tentaram ao longo da história determinar como padrão uma identidade natural que é inexistente. Através dessa categoria analítica, o que se consta é que todas as identidades de gênero são formadas a partir de práticas discursivas em um processo de materialização, porém evidenciando que somente os corpos cisgêneros usufruem da condição de naturalidade; além de também exemplificar que os gêneros cis são verdadeiros na mesma proporção que os gêneros trans podem ser considerados falsos. Exatamente por frequentemente considerarem que quem performa gênero são as pessoas trans*, é preciso apontar que os gêneros cis são tão artificiais como quaisquer outros: a diferença está na capacidade presente na cisgeneridade de mascarar os processos de generificação dos corpos cis dentro da ideia de normalidade. E é justamente nessa marcação de naturalidade que se encontra a raiz do problema, pois cria-se um discurso que compreende alguns corpos enquanto normais e outros enquanto anormais, patológicos (NASCIMENTO, 2021, p. 98).

No livro, ainda é retratado como o gênero vem sendo tratado com uma categoria diagnósticável, quando deveria ser compreendido como uma categoria cultural. E infelizmente, dentro das áreas da saúde — especialmente das ciências psi (BENTO, 2008) —, por muitas vezes a patologização de corpos trans* é feita arbitrariamente e fundada em princípios morais.

Em meio a esse cenário, a autora apresenta o conceito de autodeterminação (RODOVALHO, 2017) — a partir das ideias de autodefinição e autoavaliação de Patricia Hill Collins (2016) —, caro ao transfeminismo, utilizado como ferramenta para o enfrentamento nas lutas pela despatologização dos corpos trans* nos âmbitos nacional e internacional. Esse conceito trata da possibilidade de remover a autoridade de instituições que delimitam as identidades trans* como subalternas, patológicas, criminais e imorais, e conceder o protagonismo desses agentes sobre suas experiências. Entende-se também que a autodeterminação é interacional e parte de um reconhecimento mútuo, daí a necessidade e importância de espaços coletivos, sendo aí onde entra o transfeminismo: como este espaço coletivo de afirmação e validação das experiências trans*.

No capítulo “Corporalidades transgêneras: autodeterminação como insurgência ao sistema” é discutido sobre como as técnicas farmopornográficas vão corroborar com o regime cis-heteronormativo para produzir um sujeito específico. Há um véu de naturalidade que esconde o processo de generificação dos corpos cis, que permite que eles utilizem de tecnologias de modificação corporal e ainda ostentem o privilégio de considerarem que realizar tais procedimentos é algo normal, até corriqueiro. Como exemplo temos a ereção e a fecundação que podem ser interferidas, estimuladas e controladas, o desejo sexual que pode ser influenciado por mídias pornográficas e o corpo que pode sofrer vários procedimentos estéticos. Entretanto, para corpos trans*, o acesso a essas tecnologias, quando é concedido, perpassa primordialmente por julgamentos morais e patologizantes.

Mais uma vez, Letícia Nascimento ressalta a importância da autodeterminação. Neste caso, essa concepção sobre o modo de se constituir enquanto sujeito tem potência de colaborar para a despatologização de corpos trans*. Assim, em conjunto com o conceito de cisgeneridade como ferramenta analítica, é possível a construção de políticas públicas que não exijam diagnósticos para pessoas trans* que desejam realizar modificações corporais.

No último capítulo do livro, “Vidas trans* importam: transfeminicídio também é uma pauta feminista”, a professora Letícia Nascimento relaciona o assassinato de mulheres trans e travestis aos crimes de ódio contra mulheres cis para ampliar a luta contra o machismo e o cissexismo. Apresentando os contrastes já presentes nos índices de assassinatos de mulheres cis, correlacionados com marcadores como os de raça e etnia, Letícia Nascimento afirma a importância de reconhecer o assassinato de pessoas transfemininas como parte desse conjunto amplo de vítimas de crimes de gênero. Entende-se que, quando se trata de feminicídio, não será a vagina que determinará isoladamente a vulnerabilidade das identidades femininas, mas sim todo o universo simbólico imposto a quem nasce com tal órgão. Ressalta-se que a intenção jamais é demarcar a vagina como algo não importante: a intenção é apontar para essas hierarquias fabricadas, de modo a evidenciar que não são naturais, e que, portanto, o que se é entendido por sexo anatômico não é capaz de, por si só, determinar a vulnerabilidade feminina (NASCIMENTO, 2021, p. 165) Consoantemente é argumentado que o feminicídio é um crime de ódio e profundo desprezo às identidades femininas, ideia que está produzida pela colonialidade de gênero. A autora não apenas entende que a colonialidade

de gênero (LUGONES, 2014) como a imposição, através da colonização, das ideias e valores de gênero binárias europeias, do ódio e desprezo ao feminino, mas também enraizaram no mundo colonizado uma binaridade cisnormativa, a qual implicaria também o ódio e desprezo às identidades trans*. Deste modo, o combate aos assassinatos de mulheres trans e travestis se correlaciona fortemente com os outros casos de feminicídio, sendo desejável a soma de esforços para cessar esses crimes.

Por seu posicionamento em defesa das identidades, Letícia Nascimento opta por uma política de citação de afirmação das identidades, ou seja, ela escolhe genericar e racializar as pessoas citadas em seu livro. Entretanto, essa medida não é distribuída igualmente entre as vozes presentes na obra, pois provavelmente na tentativa de lutar contra a invisibilização de determinadas produções epistêmicas, dando destaque àquelas que as produziram, algumas identidades se fazem mais presentes do que outras. É consideravelmente maior a quantidade de marcações como “a mulher preta”, “a lésbica” do que “a mulher branca”, “a heterossexual”, “o homem branco”. Essa medida dá, sim, destaque para esses outros saberes, pois pode levar a pessoa leitora ao estranhamento de ver tamanha quantidade de discussões promovidas por quem não se encaixa dentro dos padrões. Contudo, infelizmente, há como efeito colateral a manutenção do lugar de subalterno e da ideia de que existem saberes neutros, não marcados. Ao dotar de critérios que demarquem somente, ou com mais ênfase, aqueles corpos que já são marcados como dissidentes, se aprimora o apontamento da alteridade, reforçando a hierarquia de quem é subalterno, marcado, e quem é natural. Se reitera a ideia de que enquanto fulano pode ser somente “o fulano” para ter suas contribuições reconhecidas, os Outros precisam ser “a genericada”, “a sexualizada”, “a racializada”, “a localizada” para ter suas contribuições consideradas válidas. Penso que uma política de citação feita de forma generalizada, que também apresenta os marcadores sociais daqueles que se entende como sujeitos integrais, seja mais pertinente.

Em resposta à ação de relatar várias mobilizações de pessoas trans* por direitos elaborada no livro, trago uma das recentes conquistas. Em abril de junho de 2022, A Sexta Turma do Supremo Tribunal Federal unanimemente determinou que a Lei Maria da Penha também se aplicará às mulheres trans e travestis que sofrerem violência doméstica ou familiar¹. Essa alteração reflete fortemente os acirramentos e disputas políticas protagonizadas por mulheres trans e travestis no combate ao transfeminicídio. Com essa aplicação, que abrange as violências motivadas por gênero no âmbito doméstico, espera-se somar forças para a erradicação dessas violações.

Letícia Nascimento obtém sucesso ao realizar a argumentação e defesa de que os estudos e os movimentos sociais e políticos de mulheres trans e travestis são parte do conjunto de debates e correntes que compõem o Feminismo. Levando ao questionamento de como se darão as diversas intersecções dentro do transfeminismo. Estaríamos tendo em vista um transfeminismo negro, um transfeminismo branco, um transfeminismo lésbico? De qualquer modo, a obra traz que a negra, mulher, trans*, Outra do branco, Outra do homem, Outra do cis, encontra lugar no Transfeminismo, que abre brecha para a construção de quantos mais outros feminismos forem necessários para ajudar nos enfrentamentos aos sistemas de opressão.

É inegável que “Transfeminismo” de Letícia Nascimento é um livro conceitual, que serve como excelente guia para introduzir-se nos debates sobre correntes do feminismo, em especial o transfeminismo. Ao criticar os cânones do feminismo, estabelece constante diálogo com o feminismo negro, combinar discussões pós-estruturalistas e apresentar os estudos de outras autoras transfeminista, a autora organiza uma robusta bibliografia, ou seja, o livro certamente auxiliará quem tenha interesse de contribuição, seja quem já está inserido dentro dos debates ou quem ainda quer começar, mas não sabe por onde. É como se a obra falasse: “Estamos aqui, nos leiam!”

¹ Notícia disponível em: <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/05042022-Lei-Maria-da-Penha-e-aplicavel-a-violencia-contra-mulher-trans-decide-Sexta-Turma.aspx>. Acesso em: 13 maio 2022.

Por término, resgato uma passagem do livro, no capítulo “Do conceito de gênero à pluralização das sujeitas do feminismo”, onde é apresentada a metáfora do porta-casacos a partir das reflexões de Nicholson (2000). Segundo a autora, gênero é considerado como uma roupa posta sobre o cabide chamado sexo. Embora seja comumente utilizada em explicações vinculadas ao fundacionalismo biológico, ainda considero esse didatismo útil para o Transfeminismo, desde que utilizado criticamente. Sim, sexo pode ser um cabide, mas antes é preciso compreender que não é somente a roupa que encaixa no cabide, o cabide também é feito para se encaixar na roupa. Portanto, se gênero é a roupa e sexo é o cabide, certas questões não podem ser esquecidas nem omitidas.

Lembre-se, cabides são feitos de madeira, metal, plásticos ou vários outros materiais artificiais. São feitos. São artificiais. Lembre-se, o formato do cabide pode ser, e é, alterado para melhor se encaixar em cada tipo de vestuário. Lembre-se, há cabides de parede, cabides de pé e cabides de pendurar. Lembre-se, a roupa também demanda por um tipo de cabide específico ou ideal. Lembre-se, não há somente um tipo de cabide, temos cabides para casacos, cabides para saias, cabides para paletós, cabides para camisas, cabides para calças, cabide para chapéus. Lembre-se, a maneira como se produzem cabides hoje, não é a mesma de tempos passados. Lembre-se, o formato, estilo ou design que o cabide também pode mudar de cultura para cultura, como também pode se alterar dentro de uma mesma sociedade para transmitir ou permanecer de acordo com valores culturais e *status* sociais.

Mesmo que argumentem sobre um possível cabide “original”, um pedaço de galho de árvore que é dado, natural, pronto e feito pela natureza, lembre-se que é preciso primeiro antes ter uma roupa — fruto da intervenção humana sobre a matéria — para que depois, com a capacidade humana de produção de significado, um objeto torne-se cabide. O cabide é pré-discursivo na mesma medida que sexo é, e gênero está para sexo em igual relação de produção simbólica que roupa está para cabide. Da mesma forma que o porta-casacos foi aprimorado para melhor se encaixar no casaco, que aprimoramos nossas concepções em torno de sexo para melhor se encaixar em nossas autodeterminações de gênero.

1. Notas

* Graduanda do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Integrante do Núcleo de Aquilombamento de Intelectualidades Afrotranscendradas (N'Aya). Co-coordenadora do Grupo de Acolhimento TRANSita UFSC.
E-mail: dias.maciel@grad.ufsc.br.

2. Referências

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.
- BENTO, Berenice. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- COLLINS, Patricia H. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.
- NASCIMENTO, Letícia Carolina do. **Transfeminismo**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.
- NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 8, n.2, p. 9-41, 2000.
- OYĒWŪMÍ, Oyèrónkẹ. **A invenção das mulheres: Construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. Rio de Janeiro: Editora Bazar do Tempo Produções, 2021.
- RODOVALHO, Amara Moira. O cis pelo trans. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 365-373, jan-abr. 2017
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.